



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 10.418

**Presidente da Mesa Diretora:** Martins Lima Filho

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Utilidade Pública

**Autoria:** Valdecy Fagundes de Oliveira

**Data:** 04/04/2023

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 37/2023. Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal à “Associação Rural Serra Verde de Capim Pubo”. (Referente à Lei nº 5.550, de 28/04/2023).

**Controle Interno – Caixa:** 25.16    **Posição:** 23    **Número de folhas:** 04

---

Espécie: Pl  
Categoria: Utilidade pública  
Ex: 25.16  
Ordem: 23  
nº fls: 33



N.º 40/2023

25.04.2023

# Câmara Municipal de Montes Claros

## PROJETO DE LEI N.º 37/2023

AUTOR:

Ver. Valdecy Fagundes de Oliveira.

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a  
Associação Rural Serra Verde de Capim Pubp.

### MOVIMENTO

04/04/2023

1 Comissão Legislação e Justiça

2 - *RENOVAÇÃO EM REGIME DE URGENCIA*

3 - *EM 25.04.2023*

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -

11-04



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Valdecy Fagundes de Oliveira (Cidadania)



PROJETO DE LEI Nº 37 /2023

### Concede Título Declaratório de Utilidade Pública

A Câmara Municipal de Montes Claros/Minas Gerais aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

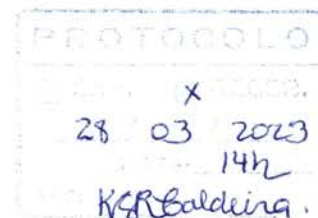
**Artigo 1º** – Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a Entidade Civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO RURAL SERRA VERDE DE CAPIM PUBO**, inscrita no **CNPJ: 45.394.760/0001-69**, com sede na **CH SÃO FRANCISCO DE ASSIS, SN, ÁREA RURAL DE CABECEIRAS DE BAIXO, CEP: 39.409-899**, neste município de Montes Claros / MG.

**Artigo 2º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º** – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 28 de Março de 2023.

  
**Valdecy Fagundes de Oliveira**  
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

E JUSTIÇA

EM 04 DE ABRIL DE 2023

  
PRESIDENTE





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 37/2023**

**AUTOR:** Ver. Valdecy Fagundes de Oliveira

**MATÉRIA:** Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Rural Serra Verde de Capim Pubo.

**I – RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 04/04/2023 com entrada na Sala das Comissões no dia 11/04/2023.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo conceder Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Rural Serra Verde de Capim Pubo, inscrito no CNPJ 45.394.760/0001-69, com sede na CH São Francisco de Assis, S/N, Bairro Área Rural de Cabeceiras de Baixo, neste município de Montes Claros – CEP 39.409-899.

Nos termos do art. 3º do Estatuto, a referida associação, tem, entre outros objetivos, representar a comunidade e seus moradores junto a órgãos públicos e entidade da sociedade civil, estimular a organização popular para atividades reivindicatórias em prol da coletividade, procurando identificar os problemas da comunidade e resolvê-los.

O presente Projeto de Lei foi instruído com cópia de certidões emitidas pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o Estatuto Social da Associação; comprovante de inscrição e situação cadastral da Pessoa Jurídica; Atestado de Funcionamento; certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais e documentos pessoais dos associados.

Destaca-se que a Comissão se reuniu com representantes da Associação Rural Serra Verde de Capim Pubo, no dia 20/04/2023, para conhecer o trabalho desenvolvido pela associação.

Desta forma, verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e atende os requisitos previstos em lei para concessão do título.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2023.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito \_\_\_\_\_

Vice\_Presidente: Ver. Igor Gustavo Dias \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus \_\_\_\_\_